NA IMPRENSA

NOVEMBRO / 2016

O Tempo (BH)
5 de outubro de 2016

O TEMPO
CIDADES

BELO HORIZONTE
05 OUTUBRO 7H41

CAPA | SUPERFC | CIDADES | DIVERSÃO | INTERESSA | MAIS

Pampulha Patrimônio | Tempo de Bike | Trânsito | Tempo

Especiais: De si, tirou | Pequeno guerreiro | Morte Invisível | Paralimpíadas | Se eu perder esse trem |

BARRO PRETO

Juízes e promotores fazem ato público no hall do Fórum Lafayette

Entre alguns projetos, magistrados questionam o PLS 280/2016, que prevê punições a crimes de abuso de autoridades

Salvar no Facebook | Recomendar

PUBLICADO EM 04/10/16 - 13h31

DA REDAÇÃO

Juízes e promotores de Minas Gerais realizaram um ato público, na tarde desta terça-feira (4), contra projetos que, segundo a categoria, afetam a independência de julgamentos. Em Belo Horizonte, o protesto aconteceu no hall do Fórum Lafayette, no Barro Preto, região Centro-Sul.

Por meio de nota, a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) informou que o Ato em Defesa do Sistema de Justiça aconteceu em todo o Esta sociedade. Um dos projetos questionados pel prevê punições a crimes de abuso de autorida de amordaçamento, que afeta diretamente a i atividades da polícia e do Ministério Público".

A Associação Mineira do Ministério Público (AM manifestação. O ato público aconteceu em outr Pernambuco.

Nesta quarta-feira (5), ocorre o Dia Nacional da Brasília, com o mesmo objetivo. **Veja carta da cat**

FOTO: AMAGIS / DIVULGAÇÃO

Associações denunciam projetos que comprometem funcionamento da Justiça

As Associações que subscrevem esta nota pública conjunta denunciam e alertam a sociedade contra a aprovação de projetos que, em sua forma original, comprometem gravemente a autonomia e o funcionamento do Sistema de Justiça. São iniciativas e ações coordenadas que afetam a independência de julgar no momento em que o País combate a corrupção e asfixiam órgãos públicos que sustentam a justiça e democracia brasileiras.

Um deles, o PLS 280/16, prevê punições a crimes de abuso de autoridades que, numa tentativa de intimidação e de amordaçamento, afeta diretamente a independência judicial e trava as atividades da Polícia e do Ministério Público. Se aprovado, inviabilizaria investigações em curso, como as operações Lava Jato, Zelotes, Pandora. A proposta ofende a Constituição Federal, a Lei Orgânica da Magistratura e do Ministério Público, que garantem prerrogativas invioláveis, e agride a independência dos Poderes da República e o Estado Democrático de Direito.

No âmbito das investigações, há propostas de regulamentação do Inquérito Civil, perda do poder investigatório do Ministério Público no projeto do novo Código de Processo Penal, além da lamentável tentativa de anistia para caixa 2.

Também a PEC nº 184/2007, que ignora os requisitos constitucionais das carreiras jurídicas ao permitir o acesso de delegados aos cargos de desembargadores e ministros do Superior Tribunal de Justiça, através do quinto constitucional.

Em outra orquestração articulada, impedem a aprovação dos PLS 27/16 e 28/16, que preveem a recomposição dos subsídios das carreiras jurídicas da Magistratura e do Ministério Público, sob a alegação de desequilíbrio econômico, que, na verdade, é resultado de malfeitos e desacertos políticos e não de correção parcial inflacionária, assegurada anualmente no artigo 37, X, da Constituição Federal. Não buscamos aumentos, mas tão somente a reposição.

Ainda há movimento de votar, em regime de urgência, a PEC 62/2015, que trata da desvinculação remuneratória automática dos subsídios, vencimentos e salários no âmbito do Poder Público. A medida significa atraso, pois descaracteriza a unicidade da Magistratura e do Ministério Público, fragilizando sua autonomia e expondo-os às influências políticas regionais e episódicas.

Entendemos que a crise econômica é grave, mas queremos ao menos ser ouvidos para evidenciar que tais medidas, além de inconstitucionais, representam riscos e comprometem o funcionamento dessas instituições.

Por meio desse ato público, estamos denunciando essa campanha de desconstrução do Sistema de Justiça, em indisfarçável retaliação às recentes ações protagonizadas por agentes do Ministério Público e da Magistratura. Realizaremos também ato nacional, em Brasília, contra o iminente retrocesso institucional.

Belo Horizonte, 4 de outubro de 2016

Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS)
Associação Mineira do Ministério Público (AMMP)

Carta lida pela categoria durante ato

Super Notícia (BH)
5 de outubro de 2016

Super NOTÍCIA — Belo Horizonte 05 Outubro 9h41

HOME | MENINA NEM TE CONTO | VOCÊ NO SUPER | SUPER FC | RECEITAS

BARRO PRETO

Juízes e promotores fazem ato público no hall do Fórum Lafayette

Entre alguns projetos, magistrados questionam o PLS 280/2016, que prevê punições a crimes de abuso de autoridades

Salvar no Facebook | Curtir | Compartilhar | G+1 0

PUBLICADO EM 04/10/16 - 13h31

DA REDAÇÃO

Juízes e promotores de Minas Gerais realizaram um ato público, na tarde desta terça-feira (4), contra projetos que, segundo a categoria, afetam a independência de julgamentos. Em Belo Horizonte, o protesto aconteceu no hall do Fórum Lafayette, no Barro Preto, região Centro-Sul.

Por meio de nota, a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) informou que o Ato em Defesa do Sistema de Justiça aconteceu em todo o Estado e teve como objetivo alertar a sociedade. Um dos projetos questionados pelos magistrados é o PLS 280/2016, que prevê punições a crimes de abuso de autoridades, "numa tentativa de intimidação e de amordaçamento, que afeta diretamente a independência judicial e trava as atividades da polícia e do Ministério Público".

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) também participou da manifestação. O ato público aconteceu em outros Estados, como Alagoas, Paraíba e Pernambuco.

Nesta quarta-feira (5), ocorre o Dia Nacional da Mobilização e Protesto, em Brasília, com o mesmo objetivo. **Veja carta da categoria:**

Fato Real (ConselheiroLafaiete)
6 de outubro de 2016

Fato Real
O portal de notícias de Lafaiete e região

Promotores e juízes temem enfraquecimento do combate à corrupção no Brasil

quinta-feira, 06 outubro 2016 / 16:00

Magistrados e membros do Ministério Público realizaram em todo o país esta semana ato público denunciando manobras em curso no Congresso Nacional visando o enfraquecimento do combate à corrupção no Brasil. O que no entendimento de promotores e juízes teve sua tramitação acelerada em razão dos resultados alcançados pela Operação Lava-Jato.

Em Lafaiete o ato foi realizado na terça-feira 04/10 quando foi lida uma carta de repúdio aos projetos que têm como objetivo engessar a ação de Procuradores da Justiça e consequentemente o trabalho dos juízes que irão analisar os respectivos processos contra políticos.

Confira a íntegra da carta:

As Associações que subscrevem esta nota pública conjunta denunciam e alertam a sociedade contra a aprovação de projetos que, em sua forma original, comprometem gravemente a autonomia e o funcionamento do Sistema de Justiça. São iniciativa s e ações coordenadas que afetam a independência de julgar no momento em que o País combate a corrupção e asfixiam órgãos públicos que sustentam a justiça e democracia no País.

Um deles, o PLS 280/16, prevê punições a crimes de abuso de autoridades que numa tentativa de intimidação e de amordaçamento, afeta diretamente a independência judicial e trava as atividades da Polícia e do Ministério Público. Se aprovado, inviabilizaria investigações em curso, como as operações Lava Jato Zelotes, Pandora. A proposta ofende a Constituição Federal, a Lei Orgânica da Magistratura e do Ministério Público, que garantem prerrogativas invioláveis, e agride a independência dos Poderes da República e o Estado Democrático de Direito.

Ainda há movimento de votar, em regime de urgência, a PEC 62/2105, que trata da desvinculação remuneratória automática dos subsídios, vencimentos e salários no âmbito do Poder Público. A medida significa atraso, pois descaracteriza a unicidade da Magistratura e do Ministério Público, fragilizando sua autonomia e expondo-os às influências políticas regionais e episódicas.

No âmbito das investigações, há propostas de regulamentação do Inquérito Civil perda do poder investigatório do Ministério Público no projeto do novo Código de Processo Penal, além da lamentável tentativa de anistia para caixa 2.

Por meio desse ato público, estamos denunciando essa campanha de desconstrução do Sistema de Justiça, em indisfarçável retaliação às recentes ações protagonizadas por agentes do Ministério Público e da Magistratura.

Realizaremos também ato nacional, em Brasília, contra o iminente retrocesso institucional.

Belo Horizonte, 4 de outubro de 2016

Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS)

Associação Mineira do Ministério Público (AMMP)

juízes, Lafaiete, Lava-Jato, promotores

JM Online (Uberaba)
5 de outubro de 2016

Jornal da Manhã [44 ANOS]

JM Online

Uberaba, 05 de outubro de 2016 | 09:26h

EDIÇÕES ANTERIORES: | BUSCA:

CAPA | GERAL | CIDADE | ESPORTE | POLÍCIA | POLÍTICA

GERAL

Thassiana Macedo - 05/10/2016

Juízes e promotores são contra projetos que limitam a Justiça

Divulgação

Juízes e promotores realizaram ontem manifesto contra propostas que podem reduzir a autonomia do Judiciário e do Ministério Público

A Associação dos Magistrados Mineiros e a Associação Mineira do Ministério Público divulgaram manifesto para reforçar a denúncia nacional da tramitação de projetos de lei ou de emenda à Constituição que comprometem o poder de julgamento e de investigação do sistema de Justiça. Em Uberaba, juízes e promotores se reuniram ontem para alertar a população sobre os riscos de limitar a autonomia do Judiciário. Hoje ocorrerá no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, em Brasília, um ato público comemorativo aos 28 anos da Constituição Federal e em defesa da democracia, do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Segundo o promotor de Justiça João Vicente Davina, o protesto é pela defesa das prerrogativas e da legislação que garante a autonomia e a independência funcional do Judiciário e do MP. Tramitam no Congresso Nacional propostas que podem afetar o funcionamento do Judiciário e do Ministério Público, entre elas o Projeto de Lei (PL) nº 280/16, que prevê punições a crimes de abuso de autoridade que trava as atividades da polícia e do MP. Há ainda a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 184/07, que permite acesso de delegados aos cargos de desembargadores e ministros do STJ.

Para o juiz Fabiano Garcia Veronez, essas iniciativas preocupam pelo risco de prejudicar o cumprimento das prerrogativas da Justiça. "Ninguém é contrário à lei de abuso de autoridade, o que preocupa é que a tipificação de algumas situações comprometa a independência do Ministério Público e do Poder Judiciário e prejudique investigações. Se essa lei já estivesse valendo hoje, não veríamos operações do porte da Lava-Jato", alerta.

Está emperrada a aprovação dos PLs nº 27/16 e 28/16, que preveem recomposição dos subsídios das carreiras da Magistratura e do MP, sob alegação de desequilíbrio econômico. A PEC nº 62/2015, que trata da desvinculação remuneratória automática dos subsídios, vencimentos e salário, medida que expõe magistrados e promotores a políticas regionais. E há propostas de regulamentação do inquérito civil, perda do poder investigatório do MP e tentativa de anistia dos crimes de caixa dois.

Jornal Uberaba (Uberaba)
4 de outubro de 2016

Uberaba, 04 de outubro de 2016

JORNAL DE UBERABA

é muito mais Cidade

Cidade

ACESSIBILIDADE: A A A A

Juízes e promotores fazem ato contra projetos que ameaçam trabalho da Justiça

04/10/2016

Magistrados mineiros e membros do Ministério Público de Minas Gerais realizam, hoje, o Ato em Defesa do Sistema de Justiça em todo o Estado. O objetivo da manifestação é alertar a sociedade e chamar a atenção para projetos que afetam a independência de julgar no momento em que o País trava histórico combate à corrupção e asfixiam órgãos públicos que sustentam a justiça e a democracia.

Um deles, o PLS 280/2016, prevê punições a crimes de abuso de autoridades, numa tentativa de intimidação e de amordaçamento, que afeta diretamente a independência judicial e trava as atividades da Polícia e do Ministério Público

O Ato Público será realizado, conjuntamente, pela Associação dos Magistrados Mineiros e pela Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) em Belo Horizonte e nas Seccionais da Amagis no interior.

Nacional

Ato. Um dia depois da mobilização estadual, acontecerá o Dia Nacional da Mobilização e Protesto, em Brasília, no dia 5 de outubro (quarta-feira), com o mesmo objetivo. Os atos públicos são uma convocação da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas).

Hoje em Dia (Site)
5 de outubro de 2016

HOJE EM DIA

QUARTA-FEIRA, 05 DE OUT DE 2016

Encontre sua notícia

27° MAX 18° MIN BELO HORIZONTE

PRIMEIRO PLANO | HORIZONTES | ESPORTES | ALMANAQUE

Judiciário de BH protesta contra projeto que pode limitar poder de juízes

Magistrados, desembargadores e promotores realizaram no início da tarde desta terça-feira (4) um ato em Defesa do Sistema de Justiça. A ação foi realizada pela Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) e pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis).

O ato, que aconteceu, no hall do Fórum Lafayett, no Barro Preto, região Centro-Sul de Belo Horizonte, teve como objetivo reforçar a defesa do sistema Judiciário e alertar a sociedade para projetos que afetam a independência de julgar crimes como corrupção e abusos de autoridades.

Um dos projetos questinados pelo poder judiciário é o Projeto de Lei Complementar - PLC 280/2016, que prevê punições a crimes de abuso de autoridade, que viole a independência judicial das atividades realizadas pela polícia e pelo Ministério Público. Além de Belo Horizonte, o ato foi realizado nas principais capitais do país.

Presidente da Amagis concede entrevista sobre Ato em Defesa do Sistema de Justiça

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, concedeu entrevista para as rádios Itatiaia, CBN e Inconfidência, sobre o ato público em defesa do Sistema de Justiça, realizado pelos juízes e promotores, no dia 4 de outubro, no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, convocado pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), e realizado também nas comarcas do interior do Estado e em Brasília, no Congresso Nacional.
Ouça neste link a entrevista do presidente da Amagis nas rádios: http://bit.ly/2dJiJzP

Entrevista Itatiaia
4 de outubro de 2016

Blog do PCO (site)
11 de outubro de 2016

BLOGDOPCO
Opinião e informação. Sempre.
SIGA NAS REDES:
HOME ARTIGOS POLÍTICA ECONOMIA NEGÓCIOS FIQUE POR DENTRO ENTREVISTAS QUEM PASSA AQUI SOBRE

FIQUE POR DENTRO

Jogo Aberto

11 de outubro de 2016 - Paulo César de Oliveira

*Pela 9ª vez consecutiva, a Amagis Saúde confirmou a excelência do plano com a obtenção da nota máxima no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS) 2016, ano-base 2015, e ficou entre as 10 operadoras de autogestão mais bem avaliadas do país. O IDSS faz parte do Programa de Qualificação de Operadoras instituído pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Com uma avaliação que vai de zero a 1, o plano de saúde dos magistrados mineiros ficou com a nota 0,9161 e consolida-se como modelo de autogestão em saúde no Brasil.

Diário de Manhuaçu (Manhuaçu)
19 de outubro de 2016

Amagis promove ato de desagravo a juiz de Abre Campo

ABRE CAMPO – O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, esteve, na tarde desta sexta-feira (14), na Comarca de Abre Campo, para promover um ato de desagravo ao juiz Maurício Simões Coelho Júnior, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca, que estava sendo vítima de manifestações hostis e impróprias, feitas em rede social por um advogado.

O desembargador Maurício Soares leu uma nota de apoio ao magistrado, repudiando as agressões e afirmando que a Amagis está ao lado do colega, prestando todo apoio e solidariedade para as medidas que o juiz Maurício Simões quiser tomar.

"Agressões dessa natureza depõem contra o próprio autor, por ignorar as mínimas regras da convivência civilizada e os princípios do Estado Democrático de Direito, que todos, sem exceção, devem respeitar, principalmente, aqueles que têm por missão profissional defender e legitimar", diz a nota.

Além dos juízes da cidade de Abre Campo, o ato foi acompanhado por magistrados das comarcas de Rio Casca, Alvinópolis e Miraí, representantes da OAB-MG, Defensoria Pública, Ministério Público e servidores da comarca.

A juíza Ludmila Lins Grilo, da Comarca de Miraí, leu também uma nota escrita pela juíza Beatriz Auxiliadora Machado, da Comarca de Unaí, defendendo o colega e repudiando as ofensas feitas ao juiz Maurício Simões.

A advogada Santusa Oliveira, representante a OAB-MG da região, também leu uma nota destacando que magistrado e advogado são duas peças de extrema importância na defesa dos direitos da sociedade, onde se espera de suas partes uma atuação correta, visando as garantias dos cidadãos.

A promotora de justiça Gislaine Schuman disse que é uma honra trabalhar com o juiz Maurício Simões, um profissional imparcial e que não foram justas as acusações feitas a ele. O defensor público Gustavo Teles lembrou que todos nós vivemos em um embate, com posições divergentes, mas que devem ser somente colocadas na esfera jurídica e não na pessoal.

Falando em nome dos servidores da comarca, a servidora Simone Salgado se disse solidária ao magistrado e que as acusações são descabidas e desnecessárias.

Assessoria de Imprensa da AMAGIS

O Abre Campo (Site)
14 de outubro de 2016

O Abre Campo
Compromisso com o bom jornalismo

SOBRE O SITE | HISTÓRICO DO MUNICÍPIO | ANUNCIE CONOSCO

ABRE CAMPO

AMAGIS promove ato no Fórum de Abre Campo em defesa do juiz Maurício Simões Coelho Junior

Date: 14 de outubro de 2016
Author: O Abre Campo
0 Comentários

Aconteceu hoje, 14/10, no Fórum Comarca de Abre Campo um ato em defesa ao juiz Maurício Simões Coelho Junior que estava sendo vítima de manifestações impróprias de um advogado por meio de uma rede social.

Esteve presente o presidente da Amagis (Associação dos Magistrados Mineiros), desembargador Maurício Soares, juizes das Comarcas de Rio Casca Alvinópolis e Miraí, representantes do Ministério Público, da OAB e servidores da comarca. Foram lidas notas em apoio ao juiz e falou em nome dos funcionários da Comarca a servidora Simone Salgado que taxou as acusações como descabidas e desnecessárias.

***Imagens: Reprodução**

Portal Caparaó (Site)
15 de outubro de 2016

Portal Caparaó

REVOLUCIONE SUA VIDA Faculdade do FUTURO

NOTÍCIAS | ESPORTE | DIVIRTA-SE | PARCEIROS | AUTOMÓVEIS | COLUNAS | EXPEDIENTE

15/10/2016 - Atualizado em 16/10/2016 9h47

Amagis promove ato de desagravo a juiz de Abre Campo

ABRE CAMPO (MG) - O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, esteve, na tarde desta sexta-feira, 14, na Comarca de Abre Campo, para promover um ato de desagravo ao juiz Maurício Simões Coelho Júnior, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca, que estava sendo vítima de manifestações hostis e impróprias, feitas em rede social por um advogado.

O desembargador Maurício Soares leu uma nota de apoio ao magistrado, repudiando as agressões e afirmando que a Amagis está ao lado do colega, prestando todo apoio e solidariedade para as medidas que o juiz Maurício Simões quiser tomar.

"Agressões dessa natureza depõem contra o próprio autor, por ignorar as mínimas regras da convivência civilizada e os princípios do Estado Democrático de Direito, que todos, sem exceção, devem respeitar, principalmente, aqueles que têm por missão profissional defender e legitimar", diz a nota.

Além dos juízes da cidade de Abre Campo, o ato foi acompanhado por magistrados das comarcas de Rio Casca, Alvinópolis e Miraí, representantes da OAB-MG, Defensoria Pública, Ministério Público e servidores da comarca.

A juíza Ludmila Lins Grilo, da Comarca de Miraí, leu também uma nota escrita pela juíza Beatriz Auxiliadora Machado, da Comarca de Unaí, defendendo o colega e repudiando as ofensas feitas ao juiz Maurício Simões.

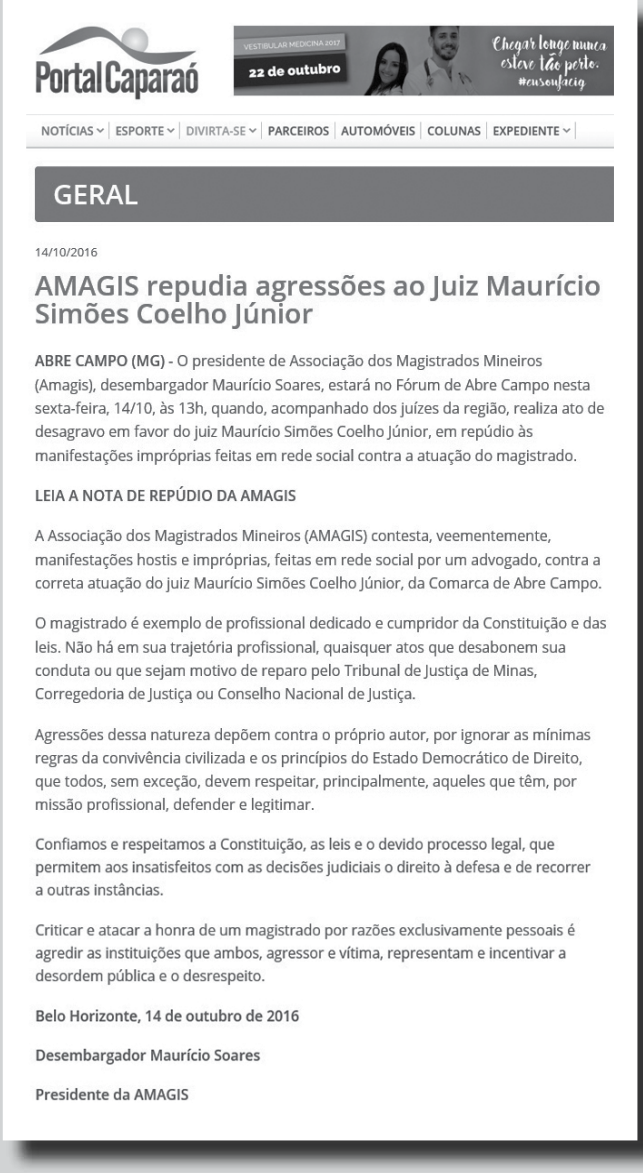
A advogada Santusa Oliveira, representante a OAB-MG da região, também leu uma nota destacando que magistrado e advogado são duas peças de extrema importância na defesa dos direitos da sociedade, onde se espera de suas partes uma atuação correta, visando as garantias dos cidadãos.

A promotora de justiça Gislaine Schuman disse que é uma honra trabalhar com o juiz Maurício Simões, um profissional imparcial e que não foram justas as acusações feitas a ele. O defensor público Gustavo Teles lembrou que todos nós vivemos em um embate, com posições divergentes, mas que devem ser somente colocadas na esfera jurídica e não na pessoal.

Falando em nome dos servidores da comarca, a servidora Simone Salgado se disse solidária ao magistrado e que as acusações são descabidas e desnecessárias.

Assessoria de Imprensa da AMAGIS

Portal Caparaó (Site)
14 de outubro de 2016



Portal Caparaó

VESTIBULAR MEDICINA 2017
22 de outubro
Chegar longe nunca esteve tão perto.
#eusoufaceig

NOTÍCIAS | ESPORTE | DIVIRTA-SE | PARCEIROS | AUTOMÓVEIS | COLUNAS | EXPEDIENTE

GERAL

14/10/2016

AMAGIS repudia agressões ao Juiz Maurício Simões Coelho Júnior

ABRE CAMPO (MG) - O presidente de Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), desembargador Maurício Soares, estará no Fórum de Abre Campo nesta sexta-feira, 14/10, às 13h, quando, acompanhado dos juízes da região, realiza ato de desagravo em favor do juiz Maurício Simões Coelho Júnior, em repúdio às manifestações impróprias feitas em rede social contra a atuação do magistrado.

LEIA A NOTA DE REPÚDIO DA AMAGIS

A Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS) contesta, veementemente, manifestações hostis e impróprias, feitas em rede social por um advogado, contra a correta atuação do juiz Maurício Simões Coelho Júnior, da Comarca de Abre Campo.

O magistrado é exemplo de profissional dedicado e cumpridor da Constituição e das leis. Não há em sua trajetória profissional, quaisquer atos que desabonem sua conduta ou que sejam motivo de reparo pelo Tribunal de Justiça de Minas, Corregedoria de Justiça ou Conselho Nacional de Justiça.

Agressões dessa natureza depõem contra o próprio autor, por ignorar as mínimas regras da convivência civilizada e os princípios do Estado Democrático de Direito, que todos, sem exceção, devem respeitar, principalmente, aqueles que têm, por missão profissional, defender e legitimar.

Confiamos e respeitamos a Constituição, as leis e o devido processo legal, que permitem aos insatisfeitos com as decisões judiciais o direito à defesa e de recorrer a outras instâncias.

Criticar e atacar a honra de um magistrado por razões exclusivamente pessoais é agredir as instituições que ambos, agressor e vítima, representam e incentivar a desordem pública e o desrespeito.

Belo Horizonte, 14 de outubro de 2016

Desembargador Maurício Soares

Presidente da AMAGIS

O Abre Campo (Site)
14 de outubro de 2016

O Abre Campo

Compromisso com a boa formalidade

SOBRE O SITE | HISTÓRICO DO MUNICÍPIO | ANUNCIE CONOSCO

ABRE CAMPO

Nota de repúdio da AMAGIS às manifestações impróprias ao juiz Maurício Simões Coelho Júnior, da Comarca de Abre Campo

Date: 14 de outubro de 2016
Author: O Abre Campo
0 Comentários

A Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS) contesta, veementemente, manifestações hostis e impróprias, feitas em rede social por um advogado, contra a correta atuação do juiz Maurício Simões Coelho Júnior, da Comarca de Abre Campo.

O magistrado é exemplo de profissional dedicado e cumpridor da Constituição e das leis. Não há em sua trajetória profissional, quaisquer atos que desabonem sua conduta ou que sejam motivo de reparo pelo Tribunal de Justiça de Minas, Corregedoria de Justiça ou Conselho Nacional de Justiça.

Agressões dessa natureza depõem contra o próprio autor, por ignorar as mínimas regras da convivência civilizada e os princípios do Estado

Democrático de Direito, que todos, sem exceção, devem respeitar, principalmente, aqueles que têm, por missão profissional, defender e legitimar.

Confiamos e respeitamos a Constituição, as leis e o devido processo legal, que permitem aos insatisfeitos com as decisões judiciais o direito à defesa e de recorrer a outras instâncias.

Criticar e atacar a honra de um magistrado por razões exclusivamente pessoais é agredir as instituições que ambos, agressor e vítima, representam e incentivar a desordem pública e o desrespeito.

Belo Horizonte, 14 de outubro de 2016

Desembargador Maurício Soares

Presidente da AMAGIS